

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**CONTABILIDADE PÚBLICA****Questão 41**

Assinale a opção correta no que concerne ao objeto e ao campo de aplicação da contabilidade pública.

- Ⓐ A contabilidade pública não contempla qualquer informação sobre resultado patrimonial.
- Ⓑ O objeto da contabilidade pública limita-se à execução do orçamento público, excluindo o patrimônio.
- Ⓒ A contabilidade pública abrange orçamento, finanças e patrimônio, alcançando a administração pública direta e indireta nas três esferas de Poder.
- Ⓓ Conforme as normas de contabilidade pública, utiliza-se no setor público apenas regime de caixa em todas as demonstrações contábeis e econômicas.
- Ⓔ As normas de contabilidade pública aplicam-se exclusivamente às movimentações contábeis realizadas no âmbito da administração direta federal.

Questão 42

A respeito da composição do patrimônio público, assinale a opção correta.

- Ⓐ O passivo de uma entidade compreende suas obrigações presentes e suas provisões reconhecidas.
- Ⓑ No contexto do patrimônio público, saldo patrimonial é sinônimo de superávit ou déficit orçamentário.
- Ⓒ Variações patrimoniais não afetam o valor do patrimônio líquido.
- Ⓓ O patrimônio público de uma entidade corresponde à soma de receitas e despesas em determinado exercício.
- Ⓔ O ativo de uma entidade registra bens, direitos e obrigações exigíveis do exercício corrente e dos próximos.

Questão 43

Considere que uma autarquia tenha recebido equipamentos por doação sem encargos. Nesse caso, sob a perspectiva das variações patrimoniais, o referido ingresso deve ser classificado como

- Ⓐ ajuste realizado diretamente no patrimônio líquido, sem reflexo no resultado patrimonial da autarquia.
- Ⓑ variação patrimonial qualitativa.
- Ⓒ variação patrimonial aumentativa.
- Ⓓ variação patrimonial diminutiva.
- Ⓔ ingresso extraorçamentário.

Questão 44

A secretaria de fazenda de certo estado da Federação pretende encerrar o exercício com a emissão de demonstrações contábeis que retratem, de forma consolidada, a posição do governo como um todo, incluindo administração direta e indireta e empresas dependentes. Durante o processo, foram mapeados empréstimos intercompanhias, repasses internos e saldos a receber e a pagar entre as entidades públicas.

Nessa situação hipotética, a consolidação de demonstrações contábeis pretendida pela secretaria

- Ⓐ limita-se ao balanço financeiro do ente federativo, não incluindo movimentações patrimoniais.
- Ⓑ deve compensar saldos e transações recíprocas de valor material e ignorar somente pequenos valores.
- Ⓒ não deve contemplar autarquias e fundações, uma vez que estas entidades são autônomas.
- Ⓓ substitui as demonstrações individuais, dispensando sua publicação.
- Ⓔ exige uniformidade de políticas contábeis e eliminação de saldos e transações recíprocas.

Questão 45

Uma autarquia apresentou sua demonstração das variações patrimoniais com os seguintes eventos do exercício: depreciação de R\$ 240.000; reconhecimento de provisão para contingências de R\$ 150.000; reversão de provisão de exercícios anteriores de R\$ 80.000; receita de doações de R\$ 320.000; equivalência patrimonial positiva de R\$ 60.000.

Nessa situação hipotética, desconsiderados os efeitos tributários, o resultado patrimonial líquido desses eventos é, em reais, igual a

- Ⓐ 110.000.
- Ⓑ 70.000.
- Ⓒ 30.000.
- Ⓓ 250.000.
- Ⓔ -50.000.

Questão 46

Em determinada entidade pública, um contrato anual de limpeza predial com pagamentos mensais foi empenhado no início de certo exercício e atestado por medições mensais. Ao final do mês de dezembro do respectivo exercício, havia parcelas liquidadas e não pagas relativas a esse contrato.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ as parcelas liquidadas e não pagas devem ser inscritas em restos a pagar processados.
- Ⓑ a despesa deve ser reconhecida patrimonialmente somente no pagamento.
- Ⓒ a inscrição da obrigação em restos a pagar depende de saída de caixa.
- Ⓓ o empenho por estimativa deve ser utilizado, já que se trata de contrato com valor definido.
- Ⓔ a liquidação da obrigação independe da verificação do direito do credor.

Questão 47

No que se refere à natureza da informação contábil na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a opção correta.

- Ⓐ Depreciações e provisões devem ser reconhecidas na natureza orçamentária.
- Ⓑ As contas patrimoniais não integram o PCASP, pois são tratadas por plano societário próprio, e, portanto, não são registradas em nenhuma das naturezas de informação contábil previstas no PCASP.
- Ⓒ A natureza de informação de controle não admite registro por partidas dobradas.
- Ⓓ As naturezas da informação contábil previstas no PCASP são patrimonial, orçamentária e de controle, e os fatos devem ser reconhecidos na natureza pertinente ao seu escopo, podendo haver registros simultâneos quando o evento tiver dimensões distintas.
- Ⓔ A natureza de compensação substituiu, na versão mais recente do PCASP, a natureza de controle, devendo registrar os compromissos orçamentários da entidade.

Questão 48

Suponha que uma universidade estadual tenha adquirido equipamento científico importado e arcado com frete e seguro de seu transporte até o local de uso, além de tributos recuperáveis. Considerada essa situação hipotética, é correto afirmar que, no custo de aquisição do ativo imobilizado em questão,

- Ⓐ deve ser incluído apenas o valor do seguro, uma vez que ele caracteriza despesa de risco.
- Ⓑ deve ser incluído apenas o preço de compra do equipamento, que compõe, por si só, o custo do ativo.
- Ⓒ devem ser incluídos os tributos recuperáveis, uma vez que estes sempre compõem o custo dos ativos imobilizados.
- Ⓓ devem ser incluídos o preço de compra do equipamento, o valor do frete e o valor do seguro diretamente atribuíveis, devendo ser excluídos os tributos recuperáveis.
- Ⓔ devem ser excluídos os valores do frete e do seguro, bem como dos tributos recuperáveis.

Questão 49

Uma fundação pública decidiu desenvolver *software* interno para auxiliar na consecução de seus objetivos organizacionais. No entanto, a fase de pesquisa do desenvolvimento do referido *software* não atendeu aos critérios de reconhecimento. Já na fase de desenvolvimento, comprovaram-se viabilidade técnica, intenção de concluir o *software*, capacidade de uso, geração de benefícios e mensuração confiável.

Na situação hipotética apresentada, a referida fundação pública deve

- Ⓐ realizar o reconhecimento do ativo apenas quando houver receita de licenciamento.
- Ⓑ reconhecer a fase de pesquisa como despesa e ativar a fase de desenvolvimento como ativo intangível amortizável.
- Ⓒ ativar tanto a fase de pesquisa quanto a de desenvolvimento, respeitando os valores gastos em cada fase.
- Ⓓ reconhecer tanto a fase de pesquisa quanto a de desenvolvimento como despesas.
- Ⓔ registrar tanto a fase de pesquisa quanto a de desenvolvimento como ativo imobilizado.

Questão 50

Suponha que um hospital público tenha identificado a obsolescência de um equipamento de imagem que não gera entradas de caixa identificáveis. Nesse caso, para o teste de recuperabilidade do ativo, deve-se priorizar a mensuração do valor em uso do equipamento por meio

- Ⓐ do custo histórico corrigido do ativo.
- Ⓑ dos múltiplos de mercado obrigatórios.
- Ⓒ do custo de reposição depreciado, refletindo-se o potencial de serviços do ativo.
- Ⓓ do preço líquido de venda em leilão, que deve ser adotado para mensurar a recuperabilidade de ativos em todas as situações.
- Ⓔ dos fluxos de caixa descontados do ativo.

Questão 51

Considere que uma autarquia tenha um processo com perda classificada como provável e mensurável, e outro processo com perda classificada como possível e não mensurável. Nessa situação hipotética,

- Ⓐ a perda provável e mensurável deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
- Ⓑ ambas as perdas devem ser reconhecidas como provisão.
- Ⓒ a perda provável e mensurável deve ser reconhecida como provisão, e a perda possível e não mensurável deve ser divulgada como passivo contingente em notas.
- Ⓓ nenhuma das perdas deve ser reconhecida ou divulgada.
- Ⓔ a perda possível e não mensurável deve ser reconhecida por estimativa arbitrária.

Questão 52

Determinada secretaria estadual reconheceu, no encerramento de certo exercício, os seguintes eventos: (i) depreciação do parque de máquinas; e (ii) reversão de provisão para contingências.

No que diz respeito ao resultado patrimonial da secretaria mencionada na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ambos os eventos apresentados afetam o resultado patrimonial da secretaria apenas no pagamento.
- Ⓑ O evento (i) representa variação qualitativa sem efeito sobre o resultado patrimonial da secretaria.
- Ⓒ O evento (i) reduz o resultado patrimonial da secretaria, enquanto o evento (ii) o aumenta.
- Ⓓ Nenhum dos dois eventos apresentados impacta o resultado patrimonial da secretaria, por serem estimativas.
- Ⓔ O evento (ii) reduz o resultado patrimonial da secretaria.

Questão 53

Considerando que uma autarquia tributária tenha apurado tributos a recolher de contribuintes e registrado multas moratórias, assinale a opção correta no que concerne ao tratamento contábil aplicável a impostos e contribuições.

- Ⓐ Créditos tributários inscritos em dívida ativa não podem ser avaliados quanto à recuperabilidade.
- Ⓑ Créditos tributários jamais sofrem perda estimada.
- Ⓒ A receita tributária sempre deve ser registrada como extraorçamentária.
- Ⓓ O reconhecimento da receita tributária depende do efetivo pagamento pelo contribuinte, em qualquer caso.
- Ⓔ Multas e juros de mora compõem variações patrimoniais aumentativas, quando cabíveis.

Questão 54

No que diz respeito ao sistema de custos no setor público, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aspectos legais não influenciam o sistema de custos, que se constitui de informações gerenciais.
- Ⓑ O sistema de custos não se aplica a todo o setor público por ausência de finalidade lucrativa.
- Ⓒ A terminologia de custos se aplica a bens públicos, mas não a serviços públicos, devido à impossibilidade de divisibilidade destes.
- Ⓓ No sistema de custos, os custos e as despesas orçamentárias obedecem aos mesmos critérios de mensuração e apropriação.
- Ⓔ A informação de custos deve apoiar planejamento, orçamento, avaliação de desempenho e transparência.

Questão 55

Uma autarquia elaborou sua demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, tendo registrado os seguintes dados do período: resultado patrimonial do exercício no valor de R\$ 420.000; depreciação no valor de R\$ 160.000; aumento de contas a receber no valor de R\$ 90.000; redução de estoques no valor de R\$ 40.000; aumento de fornecedores no valor de R\$ 55.000; aquisição de imobilizado à vista no valor de R\$ 300.000; recebimento de doação em caixa no valor de R\$ 120.000; contratação de operação de crédito com entrada de caixa no valor de R\$ 500.000.

Na situação hipotética precedente, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais da autarquia é, em reais, igual a

- Ⓐ 545.000.
- Ⓑ 485.000.
- Ⓒ -685.000.
- Ⓓ 685.000.
- Ⓔ 585.000.

Questão 56

Considerando as disposições do MCASP acerca das transações no setor público e dos estágios da despesa orçamentária, assinale a opção correta.

- Ⓐ A execução da despesa orçamentária ocorre em três estágios — empenho, liquidação e pagamento — e, para fins patrimoniais, o fato gerador deve ser reconhecido no momento de sua ocorrência, independentemente do empenho ou do pagamento.
- Ⓑ A despesa orçamentária somente é reconhecida no momento da liquidação, pois é nessa fase que se verifica o direito adquirido pelo credor.
- Ⓒ O reconhecimento da despesa sob a ótica patrimonial depende da emissão da nota de lançamento da liquidação, conforme estabelece a Lei n.º 4.320/1964.
- Ⓓ O pagamento da despesa pode ser realizado antes da liquidação, desde que exista dotação orçamentária suficiente e empenho regularmente emitido.
- Ⓔ O empenho estimativo é utilizado exclusivamente para despesas contratuais de valor previamente determinado e sujeitas a parcelamento.

Questão 57

Acerca das etapas da receita orçamentária e do reconhecimento contábil da receita no setor público, assinale a opção correta, com base no MCASP e na legislação aplicável.

- Ⓐ As restituições de receitas orçamentárias devem ser registradas, em regra, como despesa orçamentária do exercício em que ocorrerem.
- Ⓑ A receita orçamentária é reconhecida, sob a ótica orçamentária, no momento do lançamento, em observância ao regime de competência previsto na Lei n.º 4.320/1964.
- Ⓒ A arrecadação corresponde à transferência dos recursos arrecadados para a Conta Única do Tesouro, em observância ao princípio da unidade de tesouraria.
- Ⓓ Nem todas as receitas orçamentárias percorrem todas as etapas previstas, podendo haver receitas arrecadadas sem prévia previsão ou prévio lançamento.
- Ⓔ A etapa de lançamento aplica-se a todas as receitas orçamentárias, inclusive a doações em espécie recebidas pelos entes públicos.

Questão 58

De acordo com o MCASP e com a legislação orçamentária aplicável, julgue os itens a seguir, relativos a créditos adicionais.

- I A reserva de contingência e a reserva do regime próprio de previdência social (RPPS) são classificadas, quanto à natureza da despesa, pelo código 9.9.99.99.99 e não são passíveis de execução direta, servindo como fonte para abertura de créditos adicionais.
- II Os créditos suplementares, especiais e extraordinários incorporam-se integralmente ao orçamento, reforçando as dotações existentes, e sua vigência pode ser prorrogada automaticamente para o exercício seguinte.
- III Os créditos suplementares destinam-se ao reforço de dotação orçamentária existente, enquanto os créditos especiais destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, nos termos da Lei n.º 4.320/1964.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 59

Em conformidade com as disposições do MCASP, especialmente no que concerne ao tratamento da classificação por fonte ou destinação de recursos e de sua utilização ao longo da execução orçamentária, julgue os próximos itens.

- I A fonte ou destinação de recursos exerce papel integrador entre a receita e a despesa, permitindo identificar, simultaneamente, a destinação do recurso arrecadado e a origem do recurso utilizado na execução da despesa.
- II Após o registro do ingresso dos recursos financeiros, a fonte ou destinação de recursos associada aos valores arrecadados não pode ser alterada, devendo acompanhar esses recursos em todas as fases da execução orçamentária e financeira.
- III Os recursos extraorçamentários, por não integrarem o orçamento e não poderem ser utilizados como superávit financeiro, devem ser identificados como recursos de exercícios anteriores, a fim de permitir seu controle por fonte ou destinação de recursos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 60

Considere que uma entidade pública estadual tenha concedido suprimento de fundos a servidor para realização de despesas de pequeno vulto. Nesse caso, de acordo com o MCASP,

- I ocorrerão simultaneamente, no momento da liquidação da despesa orçamentária referente ao suprimento de fundos, o reconhecimento de um ativo e o de um passivo, sem impacto imediato no patrimônio líquido da entidade.
- II o pagamento do suprimento de fundos ao servidor extingue o passivo reconhecido na liquidação e reduz o ativo financeiro da entidade, sem caracterizar, nesse momento, variação patrimonial diminutiva.
- III a concessão do suprimento de fundos, por envolver saída de numerário, deverá ser registrada diretamente como variação patrimonial diminutiva no momento do pagamento ao suprido.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 61

Assinale a opção correta acerca dos restos a pagar, conforme o MCASP.

- A Nos restos a pagar não processados em liquidação e nos restos a pagar processados, não há necessidade de novo registro patrimonial no exercício em que se executa a despesa de exercícios anteriores (DEA).
- B O cancelamento dos restos a pagar implica a extinção automática do direito do credor, não sendo possível a execução posterior da despesa.
- C Nos restos a pagar não processados a liquidar, o reconhecimento patrimonial ocorre obrigatoriamente no momento da inscrição em restos a pagar.
- D Nos restos a pagar processados com prescrição interrompida, o cancelamento da inscrição elimina o passivo anteriormente reconhecido, exigindo novo reconhecimento patrimonial no exercício corrente.
- E Em qualquer hipótese de restos a pagar com prescrição interrompida, é obrigatório o registro de variação patrimonial diminutiva no exercício corrente.

Questão 62

Certo ente público realiza mensalmente o seguinte lançamento contábil.

Natureza da informação: patrimonial

D - 3.1.1.1.x.xx.xx – Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS

C - 2.1.1.1.1.xx.xx – Pessoal a Pagar – 13.º salário (P)

De acordo com o MCASP, o lançamento apresentado na situação hipotética precedente refere-se a

- A pagamento do 13.º salário aos servidores ativos vinculados ao RPPS.
- B liquidação da despesa orçamentária relativa ao 13.º salário.
- C reconhecimento do passivo financeiro após a emissão da ordem de pagamento.
- D registro da despesa orçamentária com pessoal no momento do empenho do 13.º salário.
- E reconhecimento da variação patrimonial diminutiva decorrente do direito ao 13.º salário, antes da liquidação da despesa orçamentária.

Questão 63

De acordo com o MCASP e a Lei n.º 4.320/1964, as despesas de exercícios anteriores (DEA)

- A somente podem ser pagas, no caso de compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, como restos a pagar processados.
- B são exclusivamente despesas empenhadas e liquidadas em exercícios anteriores, mas pagas no exercício corrente.
- C podem integrar restos a pagar com prescrição interrompida quando cancelada a inscrição das despesas, mas mantido o direito do credor.
- D somente podem ser pagas se não houver saldo orçamentário no exercício corrente.
- E independem de procedimento administrativo específico para o reconhecimento da obrigação de pagamento.

Questão 64

Na NBC TSP – Estrutura Conceitual, algumas características qualitativas da informação contábil foram associadas às situações apresentadas a seguir, segundo a predominância: (a) característica que possibilita que usuários identifiquem semelhanças e diferenças entre informações de períodos distintos ou entre diferentes entidades; (b) característica que assegura que observadores independentes possam chegar a consenso quanto à adequação do reconhecimento, da mensuração ou da representação da informação, sem erro material ou viés; (c) característica que se refere à disponibilidade da informação, antes que perca sua capacidade de ser útil para a prestação de contas e a tomada de decisão.

As características qualitativas (a), (b) e (c) mencionadas no texto precedente são, respectivamente,

- A verificabilidade, tempestividade e comparabilidade.
- B verificabilidade, comparabilidade e tempestividade.
- C comparabilidade, tempestividade e verificabilidade.
- D tempestividade, verificabilidade e comparabilidade.
- E comparabilidade, verificabilidade e tempestividade.

Questão 65

Determinada entidade pública identifica, no encerramento de certo exercício, a existência de um possível ativo decorrente de evento passado, cujo potencial de serviços ainda depende de avaliações técnicas complexas. Embora haja evidências razoáveis da existência desse item, a estimativa do valor monetário apresenta elevado grau de incerteza, mesmo com a utilização de técnicas de mensuração e divulgação das premissas adotadas.

Nessa situação hipotética, segundo as disposições da NBC TSP – Estrutura Conceitual, o item em apreço

- A deve ser reconhecido somente se satisfizer à definição de elemento e, além disso, for possível selecionar uma base de mensuração que resulte em informação suficientemente relevante e que represente fidedignamente o item, consideradas as restrições da informação.
- B deve ser obrigatoriamente reconhecido, pois a existência do elemento é suficiente para o reconhecimento, sendo a mensuração um aspecto secundário do processo contábil.
- C deve ser reconhecido desde que a entidade opte por mensurá-lo pelo valor histórico, ainda que esse valor não represente adequadamente o potencial de serviços do ativo.
- D deve ser reconhecido caso haja evidência adequada das técnicas de estimativa utilizadas, independentemente do nível de incerteza associado à mensuração.
- E não pode ser reconhecido, pois a existência de qualquer incerteza quanto ao valor monetário impede o reconhecimento de ativos nas demonstrações contábeis.

Questão 66

Segundo a NBC TSP 03, o reconhecimento de provisões representa um desafio para as entidades públicas. As provisões se distinguem dos demais passivos porque

- Ⓐ estão estritamente associadas a riscos contingentes.
- Ⓑ derivam de apropriações por competência.
- Ⓒ envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso.
- Ⓓ consistem em ajustes com impacto no resultado do exercício.
- Ⓔ decorrem de riscos legalmente assumidos.

Questão 67

Determinada entidade pública tenha recebido uma doação de 500 caixas de lâmpadas, que serão mantidas em estoque para as substituições que se fizerem necessárias. Trata-se de uma transação sem contraprestação.

Nessa situação hipotética, o material deve ser registrado no estoque pelo

- Ⓐ menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição.
- Ⓑ seu valor justo na data do seu recebimento.
- Ⓒ menor valor entre o valor de custo e o valor realizável líquido.
- Ⓓ custo específico definido no termo de doação.
- Ⓔ custo médio ponderado de itens semelhantes intercambiáveis.

Questão 68

Como parte da sua política contábil para tratamento de ativos imobilizados, a entidade pública deve escolher o modelo do custo ou o modelo da reavaliação. Se a entidade optar pelo segundo modelo, a reavaliação dos ativos imobilizados deve ser realizada

- Ⓐ quando houver indícios de redução do valor recuperável de ativos individuais ou unidades geradoras de caixa.
- Ⓑ a cada cinco anos, conforme padrão médio de vida útil dos ativos imobilizados.
- Ⓒ com regularidade suficiente para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente do seu valor justo.
- Ⓓ como parte do processo de elaboração da prestação de contas de cada exercício financeiro.
- Ⓔ ao final da vida útil de ativos individuais com valor residual relevante.

Questão 69

Uma entidade pública detém um equipamento, adquirido há seis anos e com vida útil estimada de 12 anos. O equipamento é um ativo não gerador de caixa, usado pela entidade na prestação de seus serviços. Devido a mudanças significativas de longo prazo no ambiente tecnológico, a entidade obteve, ao final do sexto ano de uso do equipamento, indicação de que o ativo poderia ser objeto de redução ao valor recuperável.

Na situação hipotética precedente, para apurar o valor em uso do ativo em questão, a entidade deve, conforme a NBC TSP 09, aplicar a abordagem

- Ⓐ do custo de reposição depreciado ou das unidades de serviços.
- Ⓑ do custo de reposição depreciado ou do custo de recuperação.
- Ⓒ do custo de reposição depreciado, preferencialmente.
- Ⓓ das unidades de serviços, preferencialmente.
- Ⓔ do custo de recuperação ou das unidades de serviços.

Questão 70

A NBC TSP 11 orienta as entidades públicas quanto à elaboração e apresentação das suas demonstrações contábeis. No que concerne à compensação de valores, a referida norma dispõe que ativos, passivos, receitas e despesas não devem ser compensados, exceto quando exigido ou permitido por uma NBC TSP. Essa vedação relativa à compensação de valores aplica-se

- Ⓐ aos valores de ativos mantidos para venda líquidos de passivos associados.
- Ⓑ às receitas auferidas líquidas de descontos comerciais e abatimentos concedidos.
- Ⓒ ao saldo de contas a receber de clientes líquido de perda de créditos de liquidação duvidosa.
- Ⓓ às despesas relativas a reconhecimento de provisão líquidas de reembolsos contratuais.
- Ⓔ aos ganhos e perdas decorrentes da alienação de ativos não circulantes apresentados em base líquida.

Questão 71

Ao elaborar a demonstração dos fluxos de caixa de um ente da Federação, a equipe da contabilidade apurou os seguintes ingressos e desembolsos de caixa ocorridos no exercício de 2024, os quais foram registrados no sistema de execução orçamentária e financeira.

item	valor em reais
alienação de bens móveis inservíveis	40.000.000
aquisição de veículos e equipamentos permanentes	230.000.000
arrecadação de tributos	2.300.000.000
construção de escolas e hospitais (obras públicas)	580.000.000
pagamento a fornecedores de bens e serviços de consumo	1.000.000.000
pagamento de amortização da dívida pública	320.000.000
pagamento de benefícios previdenciários	450.000.000
pagamento de juros e encargos da dívida pública	100.000.000
pagamento de pessoal ativo e encargos sociais	1.500.000.000
recebimento de amortização de empréstimos concedidos a entidades públicas	50.000.000
recebimento de receitas patrimoniais (aluguéis de imóveis e dividendos)	120.000.000
recebimento de recursos provenientes de operação de crédito contratada no exercício	450.000.000
recebimento de transferências correntes da união	900.000.000

Com base nas informações apresentadas na situação hipotética precedente e nas disposições da NBC TSP 12, assinale a opção em que é corretamente apresentado o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais desse ente da Federação em 2024, em reais.

- Ⓐ 270.000.000.
- Ⓑ 310.000.000.
- Ⓒ 370.000.000.
- Ⓓ – 310.000.000.
- Ⓔ 150.000.000.

Questão 72

A norma NBC TSP 13 traz orientações para apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis, a partir de conceitos que possibilitem o acompanhamento dos valores aprovados e realizados ao longo de um ciclo de execução orçamentária. Em relação aos conceitos relevantes para a apresentação de informação orçamentária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os valores do orçamento realizado devem ser apresentados junto aos valores dos dois últimos exercícios para fins comparativos.
- Ⓑ O orçamento original pode incluir dotações residuais advindas de anos anteriores por força de lei.
- Ⓒ Os valores do orçamento final e do orçamento realizado devem ser os mesmos.
- Ⓓ Os valores do orçamento aprovado devem equivaler aos do orçamento original.
- Ⓔ O orçamento aprovado só pode ser alterado quanto às despesas autorizadas.

Questão 73

Para fins de elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, o MCASP, alinhado com a NBC TSP 17, exemplifica itens “que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social”. Esses itens incluem

- Ⓐ as transações e os saldos recíprocos entre as entidades.
- Ⓑ as alterações patrimoniais dentro de uma mesma entidade, tais como as decorrentes de depreciação.
- Ⓒ as parcelas dos resultados do exercício, do lucro ou do prejuízo acumulado que corresponderem a resultados ainda não realizados.
- Ⓓ as participações nas empresas estatais dependentes.
- Ⓔ o custo dos ativos reconhecidos que corresponderem a resultados ainda não realizados.

Questão 74

Até o final do exercício de 20X1, uma entidade pública apurava a depreciação da sua frota de veículos pelo método da linha reta (contas constantes). A partir da análise de um relatório produzido pela superintendência de gestão da frota, que incluía informações sobre valores históricos e de mercado dos veículos, a entidade deliberou e optou pela adoção do método da soma dos dígitos para depreciação dos veículos, por entender que esse método representaria mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos associados aos veículos da frota.

Na situação hipotética apresentada, segundo as disposições da NBC TSP 23 e do MCASP, a referida entidade pública deve

- Ⓐ tratar a adoção do novo método de depreciação como mudança de estimativa, com efeitos prospectivos.
- Ⓑ analisar novos modelos de gestão de frota, de forma a reduzir as despesas com depreciação.
- Ⓒ avaliar a relevância dos efeitos da mudança da política contábil sobre o resultado patrimonial.
- Ⓓ divulgar, em notas explicativas, a mudança de política contábil na depreciação de seus veículos.
- Ⓔ registrar como ajustes de avaliação patrimonial os efeitos da adoção do novo método de depreciação.

Questão 75

No início de 2025, a secretaria de meio ambiente de determinado estado da Federação iniciou o Projeto Monitor Ambiental, cujo objetivo é desenvolver um sistema informatizado próprio para monitorar a qualidade dos recursos naturais (água, ar, solo) e a saúde dos ecossistemas (fauna e flora), além de disponibilizar um painel de acompanhamento *online* para controle social. No primeiro semestre, os recursos aplicados foram destinados (i) à realização de estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade do sistema; (ii) ao levantamento de requisitos junto aos atores envolvidos nos processos de monitoramento; e (iii) à contratação de consultoria para a análise de soluções tecnológicas existentes no mercado. Após os estudos preliminares e a comprovação da viabilidade técnica, a secretaria optou por desenvolver o sistema, de modo que, no segundo semestre, foram aplicados recursos (i) no desenvolvimento de protótipos iniciais do sistema; (ii) na realização de testes-piloto em dois polos de monitoramento; (iii) na realização de ajustes no *software* com base nos resultados dos testes; e (iv) na capacitação da equipe interna de TI para operar e manter o sistema. A secretaria recebeu dotação orçamentária para cobrir os custos do projeto e tem a expectativa de que o sistema poderá ser utilizado por pelo menos 10 anos, o que contribuirá para maior eficiência no monitoramento da qualidade dos recursos naturais e da saúde dos ecossistemas, bem como possibilitará a geração de base de dados e históricos que propiciem avaliações mais precisas.

Com base na situação hipotética apresentada e nas disposições da NBC TSP 08 – Ativo Intangível, assinale a opção correta acerca do tratamento contábil adequado dos gastos do Projeto Monitor Ambiental.

- Ⓐ Somente os gastos com o desenvolvimento de protótipos iniciais e a realização de testes-piloto do sistema podem ser ativados, em decorrência de sua relação objetiva com o ativo intangível em questão.
- Ⓑ Todos os gastos do projeto devem ser tratados como despesa do exercício (fase de pesquisa), uma vez que se trata de desenvolvimento interno de *software* no setor público.
- Ⓒ Todos os gastos incorridos devem ser reconhecidos como ativo intangível, pois o projeto tem potencial de gerar benefícios futuros para a secretaria.
- Ⓓ Os gastos com desenvolvimento de protótipos e modelos pré-produção podem ser ativados somente se atendidos todos os critérios de reconhecimento, dentre eles viabilidade técnica para a conclusão do ativo e capacidade para utilizá-lo ou vendê-lo.
- Ⓔ Somente os gastos com capacitação da equipe interna podem ser ativados, pois representam aumento da capacidade operacional e melhoria dos serviços da secretaria.

Questão 76

O MCASP estabelece determinadas regras de integridade para o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), entre as quais há regras relativas aos lançamentos contábeis. De acordo com estas regras, um lançamento a débito na conta clientes (classe 1) pode ter como contrapartida a conta

- Ⓐ receita realizada (classe 6).
- Ⓑ controles da arrecadação (classe 8).
- Ⓒ direitos contratuais (classe 7).
- Ⓓ execução da dívida ativa (classe 8).
- Ⓔ exploração e venda de bens, serviços e direitos (classe 4).

Questão 77

O quadro a seguir detalha aplicações em renda fixa detidas por determinado ente público ao final do exercício de 2025.

aplicação	título	vencimento	remuneração	risco	liquidez
I	CDB Banco Alfa	nov./2026	109,5% do CDI	baixo	baixa (no vencimento)
II	CDB Banco Beta	maio/2026	104,7% do CDI	baixo	alta (diária)
III	LCA Banco Neutro	abr./2026	103,8% do CDI	médio	baixa (no vencimento)
IV	Tesouro Selic 2028	set./2028	SELIC+ 0,23%	baixo	alta
V	Tesouro IPCA+ 2047	maio/2047	IPCA + 6,9%	médio	alta
VI	Tesouro Prefixado 2028	jul./2028	8,3%	médio	alta

Na situação hipotética apresentada, conforme as disposições do MCASP, podem ser consideradas como equivalente de caixa apenas as aplicações

- Ⓐ I e VI.
- Ⓑ II e IV.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, III e V.
- Ⓔ II, IV e VI.

Questão 78

Suponha que, no último quadrimestre de determinado exercício financeiro, um ente público estadual tenha apurado uma receita corrente líquida (RCL) de R\$ 20 bilhões, parâmetro ajustado para fins de controle de gasto com pessoal. Nesse caso, de acordo com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal no âmbito do Poder Executivo estadual, o limite de alerta pelo tribunal de contas respectivo para o referido ente público é de

- Ⓐ R\$ 9,31 bilhões.
- Ⓑ R\$ 9,80 bilhões.
- Ⓒ R\$ 10,80 bilhões.
- Ⓓ R\$ 8,18 bilhões.
- Ⓔ R\$ 8,82 bilhões.

Questão 79

Os dados apresentados na tabela a seguir foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas da Cia. Alfa, em 31/12/2025, sendo os valores expressos em milhões de reais.

dados selecionados do balanço patrimonial	
elemento	valor
ativo circulante	23.000,00
ativo não circulante	63.000,00
- realizável a longo prazo	7.000,00
- investimentos	10.000,00
- imobilizado	33.000,00
- intangível	13.000,00
passivo circulante	15.000,00
passivo não circulante	46.000,00
patrimônio líquido	25.000,00

Considerando os dados apresentados na situação hipotética precedente e as definições clássicas de índices de estrutura de capital propostas por Matarazzo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O índice de imobilização dos recursos não correntes sinaliza que a companhia está usando capital de giro (curto prazo) para financiar ativos fixos, gerando desequilíbrio.
- Ⓑ Sinalizando um índice de imobilização do patrimônio líquido de 132%, o balanço patrimonial da companhia revela que o seu patrimônio líquido é insuficiente para financiar seus ativos de longo prazo.
- Ⓒ O índice de imobilização do patrimônio líquido evidencia que o patrimônio líquido é suficiente para financiar integralmente os ativos da companhia.
- Ⓓ A composição do endividamento indica que mais da metade das obrigações da companhia vencem no curto prazo, o que sinaliza atenção à liquidez.
- Ⓔ A participação do capital de terceiros evidencia que a companhia utiliza mais que o dobro de capital de terceiros em relação ao capital próprio.

Questão 80

Na análise das demonstrações contábeis, os índices de liquidez são utilizados para medir a solidez da base financeira da empresa. De acordo com Matarazzo, o índice de liquidez seca

- Ⓐ mede a liquidez de curtíssimo prazo, considerando apenas recursos disponíveis, como disponibilidades de caixa e depósitos bancários.
- Ⓑ indica, quando próximo de 1, que a empresa depende parcialmente da venda de estoques para cumprir suas obrigações de curto prazo.
- Ⓒ tem papel principal na avaliação da liquidez e da situação financeira geral de uma entidade.
- Ⓓ pode indicar, quando abaixo de certos limites obtidos segundo os padrões do ramo de negócio, alguma dificuldade de liquidez.
- Ⓔ deve ser analisado à parte do índice de liquidez corrente, em decorrência de suas bases diferentes.

LEGISLAÇÃO E NORMAS AMBIENTAIS**Questão 81**

Assinale a opção em que é corretamente apresentado o princípio ambiental que resguarda os bens jurídicos contra ações humanas que sabidamente acarretam danos graves e irreversíveis.

- A** princípio da prevenção
- B** princípio da precaução
- C** princípio do poluidor-pagador
- D** princípio do usuário-pagador
- E** princípio da responsabilidade

Questão 82

São autoridades competentes para lavratura do auto de infração ambiental e instauração de processo administrativo os

- A** funcionários de qualquer unidade federativa que exerçam função ambiental.
- B** agentes da administração pública cuja função seja de matéria ambiental.
- C** agentes com função técnica e lotação em órgãos do SISNAMA.
- D** agentes da administração pública federal lotados em órgãos ambientais.
- E** funcionários previamente designados para atividade fiscalizatória em órgãos integrantes do SISNAMA.

Questão 83

De acordo com as previsões da Lei n.º 9.985/2000, assinale a opção correta acerca da ampliação e da alteração das unidades de conservação (UC).

- A** O plano de manejo somente será exigível nas situações em que as modalidades de utilização da UC não tiverem sido previstas nos objetivos de sua criação.
- B** A mera ampliação dos limites de uma UC, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, poderá ser realizada mediante ato normativo de mesmo nível hierárquico do ato que tenha criado a unidade.
- C** A conversão de UC de uso sustentável em UC de proteção integral depende da edição de decreto do Poder Executivo.
- D** A criação de uma UC tem como requisito fundamental a indicação de populações tradicionais beneficiárias.
- E** A criação de uma UC exige apenas a realização prévia de estudos técnicos e, em casos específicos, a consulta pública.

Questão 84

De acordo com as disposições da Lei n.º 11.284/2006, considera-se concessão florestal a

- A** delegação onerosa do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável em unidade de manejo, mediante licitação.
- B** permissão de acesso a terra pública com intuito de utilização dos recursos naturais.
- C** destinação de área de floresta à comercialização de créditos de carbono.
- D** cessão a título gratuito de área pública com cobertura vegetal para fins de manejo e preservação.
- E** permissão para remoção de cobertura vegetal em área de manejo específica, com finalidade de exploração econômica.

Questão 85

De acordo com a redação da Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, entende-se por disposição final ambientalmente adequada

- A** a incineração dos resíduos nocivos à saúde pública.
- B** a reutilização, a reciclagem e a compostagem de rejeitos.
- C** o aproveitamento energético de resíduos.
- D** a recuperação de resíduos para reuso.
- E** a distribuição ordenada de rejeitos em aterros.

Questão 86

De acordo com a Lei Complementar n.º 140/2011, assinale a opção em que é corretamente apresentada uma ação administrativa comum à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

- A** elaborar o zoneamento ambiental de âmbito regional
- B** exercer o controle ambiental sobre o transporte marítimo de produtos perigosos
- C** aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre
- D** definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos
- E** exercer o controle ambiental da pesca em todos os âmbitos

Questão 87

De acordo com o regramento estabelecido pela Lei n.º 12.651/2012, a reserva legal é uma área

- A** pública destinada à proteção e ao abrigo da fauna silvestre e da flora nativa.
- B** pública com potencial de instalação de parque ecológico destinado ao lazer.
- C** localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, e que tem a função de promover a conservação da biodiversidade.
- D** localizada no interior de imóvel rural e destinada à exploração comercial e às atividades agrossilvipastoris.
- E** protegida, coberta ou não por vegetação nativa, e que tem a função preservar a paisagem.

Questão 88

De acordo com o que dispõe a Lei estadual n.º 3.135/2007, o selo de certificação Amigo da Floresta e do Clima é conferido a

- A** comunidades tradicionais previamente cadastradas que exerçam atividade produtiva na Amazônia Legal e que contribuam para o Fundo Estadual do Clima.
- B** comunidades tradicionais previamente cadastradas que realizem atividade produtiva no estado do Amazonas e que contribuam para o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.
- C** pessoas físicas cuja atividade produtiva ou comercial contribua para a preservação da floresta amazônica e para o apoio a comunidades tradicionais.
- D** comunidades tradicionais cadastradas que exerçam atividade produtiva ou comercial na Amazônia Legal e que contribuam para o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas.
- E** pessoas jurídicas cuja atividade econômica contribua para a preservação da floresta amazônica e para o apoio a comunidades tradicionais.

Questão 89

O ente federativo pode delegar a execução de ações administrativas a ele atribuídas na Lei Complementar n.º 140/2011, desde que

- A** a delegação seja realizada mediante convênio e o ente destinatário disponha de órgão ambiental capacitado e conselho de meio ambiente.
- B** a delegação seja realizada mediante ato normativo e o ente destinatário disponha de órgão ambiental capacitado e conselho de meio ambiente.
- C** a delegação seja realizada mediante ato normativo e o ente destinatário disponha de órgão ambiental capacitado.
- D** a delegação seja realizada mediante consórcio e o ente destinatário disponha de conselho de meio ambiente e quadro técnico capacitado.
- E** a delegação seja realizada mediante convênio e o ente destinatário seja um órgão público com atividade ambiental compatível e disponha de conselho de meio ambiente.

Questão 90

De acordo com as previsões da Lei estadual n.º 3.167/2007, o Plano Estadual de Recursos Hídricos

- A** é instrumento para o planejamento de curto prazo, com metas definidas anualmente para o gerenciamento estadual dos recursos hídricos.
- B** pode considerar a variável ambiental, desde que seja incorporado o relatório de impacto ambiental.
- C** é elaborado pelo Comitê de Bacia e sujeito à aprovação da secretaria de estado competente.
- D** é um plano diretor de longo prazo que visa orientar o gerenciamento dos recursos hídricos.
- E** é elaborado pelo Conselho Estadual de Recursos hídricos e sujeito à aprovação do Comitê de Bacia.

Questão 91

Acerca das competências dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), assinale a opção correta.

- A** Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos manter o cadastro de usuários de recursos hídricos.
- B** Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos.
- C** Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados.
- D** Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito estadual.
- E** Compete às Agências de Água aprovar os planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

Questão 92

De acordo com a Lei de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007), assinale a opção correta.

- A** O Comitê Interministerial de Saneamento Básico tem competência para revisar os planos municipais de saneamento básico e estabelecer metas locais de universalização.
- B** O Plano Nacional de Saneamento Básico tem a finalidade de garantir a racionalidade da aplicação dos recursos federais no setor de saneamento básico, com vistas a assegurar a universalização dos serviços e a ampliação dos investimentos públicos e privados no setor.
- C** Compete ao Ministério das Cidades assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e a fiscalização da prestação adequada dos serviços.
- D** Compete ao Comitê Interministerial de Saneamento Básico coordenar, integrar, articular e avaliar a gestão, em âmbito federal, do Plano Nacional de Saneamento Básico.
- E** Compete ao Plano Nacional de Saneamento Básico o estabelecimento dos critérios, dos métodos e da periodicidade para o preenchimento, pelas entidades reguladoras, das informações pertinentes ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico.

Questão 93

No que concerne às atribuições administrativas, à competência normativa e à atuação integrada dos órgãos ambientais e setoriais na gestão de recursos hídricos e no controle ambiental do saneamento básico, assinale a opção correta.

- A** A regulação ambiental sobre lançamento de efluentes em corpos de água pode envolver órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, respeitada a repartição de competências federativas.
- B** A definição de padrões de qualidade das águas de domínio estadual é atribuição privativa do órgão gestor de recursos hídricos, sendo vedada a atuação normativa de órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- C** Não se aplica o poder de polícia ambiental aos serviços de saneamento básico por serem estes considerados serviços públicos essenciais.
- D** A gestão de recursos hídricos possui natureza exclusivamente ambiental, o que afasta a atuação de órgãos setoriais específicos.
- E** A outorga de direito de uso de recursos hídricos dispensa o licenciamento ambiental quando se tratar de empreendimento de saneamento básico.

Questão 94

No que se refere às atribuições administrativas dos órgãos que integram o SISNAMA e dos sistemas estaduais de meio ambiente no exercício da proteção da diversidade biológica, assinale a opção correta.

- A** O exercício das atribuições administrativas de fiscalização e aplicação de sanções por infrações contra a diversidade biológica deve observar o critério do ente federativo competente, conforme a repartição administrativa estabelecida em lei complementar.
- B** A execução de atribuições administrativas relativas à biodiversidade pelos estados depende da edição prévia de normas federais específicas que definam os limites de sua atuação.
- C** A atuação administrativa de órgãos setoriais federais ou estaduais na área da biodiversidade exclui a competência dos órgãos ambientais para fiscalização e controle.
- D** A atuação administrativa dos órgãos ambientais estaduais na proteção da diversidade biológica limita-se às áreas especialmente protegidas instituídas pelo respectivo ente federativo.
- E** A fiscalização administrativa de infrações contra a diversidade biológica compete prioritariamente aos órgãos federais, cabendo aos estados atuação subsidiária.

Questão 95

No que diz respeito à gestão de florestas públicas destinadas à produção sustentável, assinale a opção correta.

- A** Os benefícios econômicos decorrentes de serviços ambientais vinculados à floresta pública pertencem exclusivamente ao poder concedente, sendo vedada disposição contratual em sentido diverso.
- B** A atribuição contratual ao concessionário da titularidade de créditos de carbono acarreta a transferência parcial do domínio da floresta pública objeto da concessão.
- C** Por não envolver supressão de recursos madeireiros, a exploração de serviços ambientais vinculados à conservação florestal prescinde de procedimento licitatório específico.
- D** A exploração econômica de serviços ambientais autoriza a flexibilização das exigências de manejo florestal sustentável aplicáveis à unidade de manejo.
- E** A concessão florestal pode abranger a exploração econômica de produtos e serviços florestais, inclusive de serviços ambientais associados à conservação, desde que tal possibilidade esteja prevista nos respectivos edital e contrato.

Questão 96

Acerca da atuação administrativa ambiental relacionada à biotecnologia, assinale a opção correta.

- A** A proteção da diversidade biológica não alcança recursos genéticos.
- B** Atividades que envolvam organismos geneticamente modificados prescindem de licenciamento ambiental.
- C** A atuação técnica em biossegurança não exclui a competência ambiental para licenciamento e fiscalização.
- D** A biossegurança é matéria exclusivamente científica, sem incidência ambiental.
- E** O SISNAMA não atua em atividades biotecnológicas.

Questão 97

Ao analisar um pedido de uso de água em rio estadual no Amazonas, um analista do órgão ambiental competente observou, em relação à bacia em questão, que (i) existe plano de uso de recursos hídricos, mas ele não define metas quantitativas claras; (ii) não há cobrança pelo uso da água; e (iii) já há a concessão de outras outorgas, e novas concessões podem comprometer a disponibilidade futura desses recursos hídricos.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com base no disposto na Lei n.º 9.433/1997.

- A** Uma vez concedida, a outorga não pode ser alterada enquanto não houver cobrança pelo uso da água na bacia.
- B** Ainda que constatada a existência de plano de uso de recursos hídricos, uma eventual outorga pode ser revista ou condicionada para evitar comprometimento dos usos múltiplos da água.
- C** A concessão de novas outorgas deve seguir apenas o que está previsto no plano de uso de recursos hídricos, não podendo ser considerados cenários futuros de escassez.
- D** Na ausência de metas quantitativas no plano de uso de recursos hídricos, o órgão ambiental fica impedido de indeferir novos pedidos de outorga.
- E** A inexistência de cobrança pelo uso da água impede que uma eventual outorga seja usada como instrumento de controle da disponibilidade hídrica.

Questão 98

Com base na Lei estadual n.º 4.266/2015, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas, assinale a opção correta.

- A** O regime jurídico do REDD+ no Amazonas restringe-se a projetos exclusivamente governamentais, sem contemplar a participação de comunidades locais.
- B** A mencionada política condiciona a implementação de programas de PSA à prévia edição de norma federal específica sobre repartição de benefícios.
- C** Os serviços ambientais reconhecidos por essa política concentram-se na manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos, sendo os aspectos climáticos e os aspectos relacionados ao carbono florestal tratados apenas de forma indireta.
- D** A referida política reconhece os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas e admite mecanismos de incentivo econômico voltados à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais.
- E** A lei estadual limita o pagamento por serviços ambientais apenas aos proprietários privados de imóveis rurais regularmente inscritos no cadastro ambiental estadual.

Questão 99

Assinale a opção correta em relação à Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do estado do Amazonas, de acordo com a Lei estadual n.º 3.135/2007.

- Ⓐ A implementação dessa política ocorre de forma centralizada no poder público estadual, não havendo previsão de participação de outros segmentos da sociedade na formulação ou execução das ações previstas.
- Ⓑ A referida política adota abordagem integrada que articula a abordagem das mudanças climáticas, da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, reconhecendo que o fenômeno climático envolve dimensões ambientais, sociais e econômicas.
- Ⓒ As diretrizes da política estadual concentram-se nas ações de mitigação das mudanças climáticas, sem contemplar estratégias relacionadas à conservação ambiental ou ao uso sustentável dos recursos naturais.
- Ⓓ Essa política foi instituída em função da edição da Política Nacional sobre Mudança do Clima, inexistindo diretrizes estaduais relativas a mudanças climáticas anteriores à norma federal.
- Ⓔ A legislação estrutura a atuação estadual predominantemente por meio de instrumentos de comando e controle, prevendo a utilização de mecanismos econômicos e financeiros apenas de forma subsidiária.

Questão 100

Assinale a opção correta acerca das competências da SEMA/AM e dos órgãos do SISNAMA, de acordo com a Lei estadual n.º 4.457/2017, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas.

- Ⓐ Compete à SEMA/AM a execução direta da coleta seletiva de lixo em caráter obrigatório caso o município não possua dotação orçamentária.
- Ⓑ São atribuições do órgão licenciador do SISNAMA e do órgão municipal o recebimento e a fiscalização das informações sobre a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- Ⓒ A SEMA/AM possui competência exclusiva para editar normas de regulamentação técnica, sem manifestação do conselho estadual.
- Ⓓ Para garantir a autonomia municipal, a lei veda o apoio do estado aos municípios para a implantação da coleta seletiva de lixo.
- Ⓔ A função da SEMA/AM restringe-se aos resíduos perigosos, sendo a logística reversa fiscalizada exclusivamente pela esfera federal.

Espaço livre